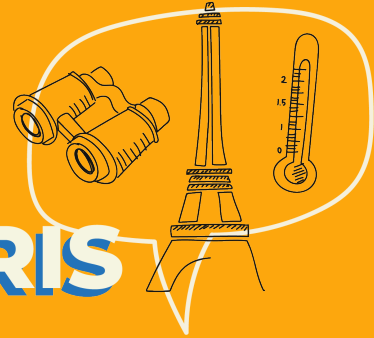


[View this email in your browser](#)



Observatório do
Acordo de Paris

MONITOR DO ACORDO DE PARIS



Este é o Boletim Mensal do Monitor do Acordo de Paris, que acompanha os principais andamentos do processo de negociações do Acordo de Paris, incluindo reuniões, workshops, comunicados oficiais, prazos para submissões e publicação de documentos, bem como identifica as submissões apresentadas pelo governo brasileiro no processo.

O Boletim apresenta **andamentos retroativos**, relativos ao mês anterior; e **andamentos futuros** em relação ao mês presente, baseados na programação de eventos e de prazos de submissão de documentos disponíveis nas agendas oficiais do website da UNFCCC.

Os andamentos são separados de acordo com os **principais eixos temáticos** das negociações do Acordo de Paris: Mitigação, Adaptação, Perdas e Danos, Mercados de Carbono, Financiamento, Florestas, Gênero, Transparência, Balanço Global, Compliance, Capacitação Técnica, Medidas de Resposta, Comunidades Locais e Povos Indígenas, Tecnologia e Transição Justa. Para assuntos que dizem respeito a todo o processo de negociações e ao sistema da UNFCCC, usamos a categoria Geral.

Ao final da edição, você encontra um **glossário** com os termos mais recorrentes usados no documento.

Os andamentos são reportados de forma a descrever os acontecimentos e sua relevância no **processo das negociações**. Para maior aprofundamento sobre o **conteúdo** das discussões em cada evento descrito, poderão ser acessados os **links indicados no andamento**. Os links remetem à transcrição original dos documentos mencionados, pautas e atas de reuniões, submissões apresentadas, gravações de eventos, relatórios técnicos referidos e páginas de internet de eventos oficiais. Todas as informações divulgadas são oficiais e obtidas por meio do website da UNFCCC.

Neste boletim mensal, não há qualquer tipo de análise crítica da equipe do Observatório do Acordo de Paris da LACLIMA sobre os andamentos, mas opiniões técnicas poderão ser emitidas sobre assuntos específicos em outras publicações adjacentes. Se tiver interesse em saber mais a respeito das nossas opiniões técnicas, fale com a gente pelo e-mail info@laclima.org.

Para entender cada eixo temático das negociações e os assuntos que estão em pauta, e saber mais sobre os órgãos do Acordo de Paris mencionados, recomendamos ler este Boletim em conjunto com as publicações [Acordo de Paris: um guia para os perplexos](#), [Rumo à COP: guia de bolso para entender as negociações do clima - edição COP28](#) e [Resumo dos principais resultados da COP 28: um guia para as principais decisões tomadas em Dubai](#).

Boa leitura!

Equipe Observatório do Acordo de Paris LACLIMA

NESTA EDIÇÃO...

Em **abril**, tivemos andamentos sobre os temas de:

- *Adaptação, Florestas e Perdas e Danos.*

Em **maio**, a programação inclui eventos relacionados aos temas de:

- *Adaptação, Financiamento, Medidas de Resposta, Mercado de Carbono, Perdas e Danos e Comunidades Locais e Povos Indígenas.*

Em **abril**, foram apresentadas **manifestações do governo brasileiro** sobre os temas de:

- *Adaptação, Balanço Global, Capacitação, Gênero e Mercado de Carbono.*

Confira abaixo!

ACONTECEU EM ABRIL

→ ADAPTAÇÃO

Tipo de Evento: Publicação.

Assunto: Carta do Comitê de Adaptação ao SBSTA.

Data: 17.04.2024

Órgão envolvido: Comitê de Adaptação.

Resumo: O Comitê de Adaptação encaminhou ao SBSTA carta com recomendações ao Programa de Trabalho de Nairobi sobre impactos, vulnerabilidade e adaptação às mudanças climáticas (NWP), considerando que entende que o seu plano de trabalho pode se beneficiar da atuação do NWP.

Links relacionados: [carta](#).

→ FLORESTAS

Tipo de Evento: Publicação.

Assunto: Relatório sobre a análise técnica do FREL brasileiro.

Data: 03.04.2024

Órgão envolvido: UNFCCC.

Resumo: Foi publicado o relatório de análise técnica do Nível de Referência de Emissões Florestais (Forest Reference Emission Level – FREL) proposto pelo Brasil em 2023, apresentado no contexto de pagamento por resultados de desmatamento evitado.

O relatório notou melhorias nas informações utilizadas e que estas são transparentes, completas e de acordo com as diretrizes. Contudo, foram feitas diversas recomendações de melhorias, como a inclusão de emissões de GEE advindas da degradação florestal do bioma Cerrado, que deve ser tratada com prioridade. A esse respeito, a exclusão das emissões de incêndios florestais nesse bioma foi apontada com preocupação. Outras recomendações incluem a utilização de imagens de melhor resolução, inclusão de dados de planos de manejo sustentável do SINAFLOR para diferenciar degradação de manejo sustentável e avaliação do efeito de borda nas emissões.

Links relacionados: [relatório](#).

→ PERDAS E DANOS

Tipo de Evento: Publicação.

Assunto: Relatório de status do fundo de perdas e danos.

Data: 24.04.2024

Órgão envolvido: Conselho do Fundo de Perdas e Danos.

Resumo: O Conselho do Fundo de Perdas e Danos publicou relatório contendo informações sobre os recursos do fundo, em antecipação à primeira reunião do Conselho. Até 12 de abril, o valor que os países se comprometeram a contribuir permanecia o mesmo da COP 28, ou seja, 661 milhões de dólares. Contudo, deste valor somente foram recebidos os 10 milhões de dólares do Japão.

Links relacionados: [relatório](#).

VAI ACONTECER EM MAIO

→ ADAPTAÇÃO

Tipo de Evento: Workshop.

Assunto: Workshop sob o Programa de Trabalho UAE-Belém de indicadores.

Data: 15 a 17.05.2024.

Órgão envolvido: Programa de Trabalho UAE-Belém de indicadores.

Resumo: Até a data de elaboração deste boletim, não havia sido divulgada ainda a pauta do evento.

Links relacionados: [página do evento](#).

→ FINANCIAMENTO

Tipo de Evento: Reunião.

Assunto: 34ª Reunião do Comitê Permanente de Finanças.

Data: 29 a 31.05.2024.

Órgão envolvido: Comitê Permanente de Finanças.

Resumo: Até a data de elaboração deste boletim, não havia sido divulgada ainda a pauta do evento.

Links relacionados: [página do evento](#).

Tipo de Evento: Evento.

Assunto: 3º Diálogo Global e Evento Focado em Investimento sob o Programa de Trabalho de Sharm el-Sheikh para Ambição de mitigação e Implementação.

Data: 27 a 29.05.23.

Órgão envolvido: Programa de Trabalho de Sharm el-Sheikh para Ambição de mitigação e Implementação.

Resumo: O tema do segundo diálogo global será cidades: edificações e sistemas urbanos. Serão debatidos redução de emissões operacionais (aquecimento, resfriamento e aparelhos), construção com eficiência e redução de emissões embutidas (materiais de construção), assim como as barreiras estruturais para investimentos.

A realização do diálogo global decorre do mandato do parágrafo 8 da [Decisão 4/CMA.4](#).

Links relacionados: [Página do chamado](#) e [página da agenda](#).

→ MEDIDAS DE RESPOSTA

Tipo de Evento: Reunião.

Assunto: 10ª Reunião do Comitê de Katowice sobre os impactos da implementação de medidas de resposta.

Data: 30 e 31.05.2024.

Órgão envolvido: Comitê de Katowice sobre os impactos da implementação de medidas de resposta.

Resumo: A reunião tratará da implementação do plano de trabalho do Comitê de Katowice, o que contempla o aprimoramento do entendimento das Partes na análise de impactos da implementação de medidas de resposta para facilitar a diversificação econômica e a transição justa e a promoção de diretrizes para auxiliar as partes na promoção da transição justa.

Serão analisadas as submissões ao chamado aberto sobre os requisitos de reporte da UNFCCC e do Acordo de Paris, incluindo os processos existentes para coleta de informações, as características qualitativas e quantitativas da informação sobre os impactos de implementação de medidas de resposta, os desafios existentes e as lições aprendidas de outros instrumentos de reporte.

Links relacionados: [página do evento](#).

→ MERCADOS DE CARBONO

Tipo de Evento: Reunião.

Assunto: 12ª Reunião do Órgão Supervisor do Artigo 6.4 do Acordo de Paris.

Data: 22 a 23.05.2024

Órgão envolvido: Órgão Supervisor do Artigo 6.4 do Acordo de Paris.

Resumo: Até a data de elaboração deste boletim, não havia sido divulgada ainda a pauta do evento.

Links relacionados: [página do evento](#).

→ PERDAS E DANOS

Tipo de Evento: Reunião.

Assunto: 1ª Reunião do Conselho do Fundo de resposta a perdas e danos.

Data: 30.04 a 02.05.2024

Órgão envolvido: Conselho do Fundo de resposta a perdas e danos.

Resumo: Por ser a primeira reunião do Conselho, a agenda inclui questões organizacionais, como o estabelecimento de um plano de trabalho e regras de procedimento.

Links relacionados: [página do evento](#).

→ POVOS INDÍGENAS

Tipo de Evento: Reunião.

Assunto: 11ª Reunião do Grupo de Trabalho Facilitativo da Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas.

Data: 29.05 a 01.06.2024.

Órgão envolvido: Grupo de Trabalho Facilitativo da Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas.

Resumo: Até a data de elaboração deste boletim, não havia sido divulgada ainda a pauta do evento.

Links relacionados: [página do evento](#) e [página da plataforma](#).

SUBMISSÕES APRESENTADAS PELO BRASIL EM ABRIL

→ ADAPTAÇÃO

Órgão para o qual foi apresentada a submissão: SBI.

Assunto: Programa de Trabalho EAU-Belém para desenvolver indicadores para Estrutura dos Emirados Árabes Unidos (EAU) para a Resiliência Climática Global.

Data: 19.04.2024.

Bloco político: SUR (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai).

Resumo: A [submissão](#) apresenta uma proposta desses países para o Programa de Trabalho EAU-Belém para desenvolver indicadores para Estrutura dos Emirados Árabes Unidos (EAU) para a Resiliência Climática Global, conforme estabelecido na Decisão 2/CMA.5.

Esta decisão lançou um programa de trabalho de dois anos para identificar e, se necessário, desenvolver indicadores e elementos quantificados para medir o progresso em relação às metas globais de adaptação definidas no contexto do Acordo de Paris. O programa de trabalho será realizado em conjunto pelo Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBSTA) e o Órgão Subsidiário de Implementação (SBI).

O Grupo SUR entende a Estrutura EAU para Resiliência Climática Global como uma ferramenta política e metodológica fundamental para guiar a implementação da Meta Global de Adaptação (Global Goal on Adaptation - GGA) e revisar seu progresso na redução de impactos, riscos e vulnerabilidades climáticas. Por esse motivo, os países destacam a necessidade de dedicar tempo adequado durante a próxima sessão dos órgãos subsidiários para deliberar sobre questões relacionadas à Estrutura EAU e os novos mandatos estabelecidos na Decisão 2/CMA.5.

A respeito do mapeamento de indicadores, o grupo SUR destaca a necessidade de seguir certos critérios propostos, quais sejam: (i) foco na implementação, que é o principal objetivo da Estrutura EAU; (ii) explorar interligações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e outros processos multilaterais relevantes, conforme estabelecido no Acordo de Paris; (iii) evitar a duplicação de esforços ao mapear e sistematizar indicadores existentes; (iv) evitar a sobrecarga de reporte, especialmente sobre as capacidades dos países em desenvolvimento de prover informação; (v) respeito às circunstâncias e capacidades nacionais, especialmente considerando que a Decisão 2/CMA.5 reafirma que as metas devem ser estabelecidas pelos países, ser voluntárias e de acordo com as circunstâncias nacionais; e (vi) integração dos elementos transversais dos esforços de adaptação.

O Grupo SUR propõe seis pontos que devem ser abordados dentro do programa de trabalho UAE-Belém, iniciando pela identificação e consideração de indicadores existentes e dados ligados à Meta Global de Adaptação. Esse mapeamento incluiria indicadores de ODS, bem como os previstos no Quadro de Sendai sobre Redução de Riscos de Desastres, na Convenção de Diversidade Biológica e no Quadro de Kuming-Montreal sobre Biodiversidade Global.

O programa também deve tratar sobre como indicadores nacionais (quantitativos e qualitativos) contribuirão para o GGA e como serão reportados. Para isso, podem ser usadas informações de relatórios existentes (como os NAPs). A respeito de instrumentos de reporte, o Grupo SUR destaca que estes devem ser flexíveis e não gerar ônus adicionais aos países em desenvolvimento.

Após a identificação dos indicadores, o programa de trabalho deveria passar ao desenvolvimento de novos indicadores, quando necessário, e identificação de lacunas. Também, seria necessário identificar as barreiras de implementação, especialmente para os países em desenvolvimento, inclusive relacionadas a meios de implementação.

Além disso, o grupo destaca a importância de haver espaços para troca de informações sobre melhores práticas de cooperação internacional relacionada a indicadores de

adaptação climática, entendendo que os casos regionais devem ser priorizados, com espaço para perguntas e trocas.

No que se refere à modalidade do programa, dada a complexidade das metas e o tempo limitado para processos participativos presenciais, os países signatários da submissão entendem necessário que após o workshop a ser realizado, os órgãos subsidiários desenvolvam plano de trabalho para os próximos anos.

Para 2024, o Grupo SUR entende crucial que o foco dos esforços seja o diagnóstico dos indicadores existentes, o que depende de uma definição estratégica de critérios pelas Partes. O mapeamento pode ser liderado pelos órgãos subsidiários em colaboração com o Comitê de Adaptação, incluindo chamada de submissões até setembro deste ano para produzir uma ficha de indicadores que compreenda os critérios definidos e outros aspectos gerais da medição de indicadores. Essa ficha seria a principal ferramenta de trabalho para o ano seguinte. Os países também sugerem que se solicite ao Fundo de Adaptação e ao Fundo Verde para o Clima informações sobre o apoio a países em desenvolvimento, de forma a compreender a distribuição do apoio e dos esforços para a metas, permitindo decisões sobre como balancear esforços.

Os países argumentam que até o final da 61ª Reunião dos Órgãos Subsidiários no fim de 2024, o critério para seleção de indicadores deve estar definido, juntamente com a proposta de indicadores. Esta lista deve ser realista, considerando o número de metas, o cronograma do programa de trabalho e as lições do programa de trabalho Glasgow-Sharm el-Sheikh sobre a meta global de adaptação.

Para 2025, o Grupo SUR entende essencial realizar pelo menos dois workshops técnicos para revisão de propostas. Um deles deve ocorrer no primeiro trimestre do ano, e o outro em conjunto com a SB62. Esses workshops terão como objetivo revisar propostas, garantindo que os inputs fornecidos demonstrem evidências dos critérios cumpridos. Os workshops devem ser híbridos para garantir a participação de especialistas.

Para a SB62, seria crucial ter uma lista de indicadores validados pelas Partes e suas respectivas planilhas para concentrar esforços em outros aspectos procedimentais para garantir a medição correta e a divulgação desses indicadores, incluindo condições habilitadoras e arranjos institucionais com as entidades que fornecerão dados e os responsáveis pelos indicadores.

A partir deste ponto, o programa de trabalho deveria discutir aspectos relacionados à melhoria contínua, ciclos orientados para o Balanço Global e outros assuntos de operacionalização. Essas discussões poderiam ser realizadas em um workshop antes da SB63.

Para o Grupo SUR, o trabalho em indicadores deve incluir dentro de seu escopo ação e suporte à adaptação, refletindo o propósito da Estrutura EAU para Resiliência Climática Global. Para isso, os workshops propostos devem dedicar espaço suficiente para as Partes discutirem meios de implementação. Também entendem que seria construtivo ter um diálogo sobre meios de implementação especificamente para adaptação, conectando a Estrutura EAU sobre Resiliência Global, Planos Nacionais de Adaptação, o processo NCQG e outros trabalhos relevantes.

O Grupo destaca a necessidade de participação ampla de diversas partes interessadas (stakeholders) no programa de trabalho, incluindo especialistas e representantes de

países em desenvolvimento, assegurando representação regional equitativa.

Os países também enfatizam a importância do apoio técnico do Comitê de Adaptação durante o processo, especialmente na fase inicial de identificação de indicadores existentes e lacunas. Seria importante, ademais, a possibilidade de consulta a outros órgãos, como o IPCC.

Por fim, o Grupo SUR sugere um diálogo específico sobre meios de implementação para adaptação, tendo em vista que o programa de trabalho visa a contribuir para os esforços nacionais e que isso necessariamente implica em tratar da necessidade de recursos financeiros, transferência de tecnologia e capacitação para países em desenvolvimento.

Os países destacam as lacunas de financiamento de adaptação, que devem continuar crescendo, ainda mais porque mesmo dentro do financiamento climático – que já é insuficiente – há um grande foco em mitigação. Especialmente para os países em desenvolvimento, a maior parte dos projetos de adaptação possuem potencial baixo ou nulo de retorno financeiro, o que reforça a importância do financiamento público por meio de mecanismos altamente concessivos e baseados em doações.

→ BALANÇO GLOBAL

Órgão para o qual foi apresentada a submissão: SBI e SBSTA.

Assunto: Lições aprendidas com o primeiro Balanço Global.

Data: 25.04.2024.

Bloco político: G77 + China (coalizão dos países em desenvolvimento).

Resumo: A [submissão](#) apresenta a visão desses países sobre sua experiência e as lições aprendidas na condução do primeiro Balanço Global do Acordo de Paris.

A respeito do escopo, o G77 + China entende que as áreas temáticas devem ser mantidas, assim como a consideração de equidade e ciência como temas transversais do Balanço Global. Como ponto de melhoria, o grupo destaca a necessidade de reconhecimento do tema de perdas e danos como distinto e separado da adaptação, em conformidade com o avanço do tratamento do tema no Acordo de Paris. Adicionalmente, os países entendem que medidas de resposta e cooperação internacional são temas que devem ser mais destacados.

Acerca das fontes de informação, o G77 + China entende que elas devem permanecer as mesmas, pois são suficientemente abrangentes. Porém, indicam que deveria haver mais foco nas contribuições de órgãos e processos da UNFCCC, como as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), os Relatórios Bienais de Transparência (BTR) e os Planos Nacionais de Adaptação (NAPs). As contribuições dos órgãos constituídos, apesar de relevantes e úteis, deveriam ser apresentadas de forma mais sucinta e específica. Além disso, destacam que as fontes continuam a sub-representar os países em desenvolvimento em comparação aos países desenvolvidos. Também, o G77 + China entende que outros instrumentos internacionais poderiam ser usados como

fonte de informação, tal como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o Convenção de Sendai para Redução de Riscos de Desastres e a Convenção de Biodiversidade.

No que se refere às perguntas orientadoras preparadas pelos órgãos subsidiários, o grupo entende que estas foram úteis, mas que seria benéfico fomentar sinergias com perguntas orientadoras tanto na fase de coleta de informações como na de preparação, o que ajudaria a focar as discussões.

Os países signatários da submissão também destacaram a necessidade de coordenação dos vários fluxos de trabalho com o Balanço Global. No seu entender, houve boa interação informalmente, mas não havia clareza sobre como essas discussões seriam refletidas no Balanço Global. Ademais, esses países entendem que deveriam ser buscadas formas mais flexíveis de facilitar o fluxo de informação, sem criação de burocracia ou arranjos institucionais adicionais.

Apesar de entender adequadas as modalidades de coleta de informação, o grupo acredita que não deve ser permitida uma sobrecarga de informação, a qual não é absorvida totalmente. Para isso, deve ser permitido tempo suficiente para que os órgãos subsidiários sintetizem ou sumariem as informações – o que pode ser feito por tecnologia da informação.

Em relação à condução do processo, o grupo elogiou a abordagem de aprendizado contínuo e uso de formatos variados. Contudo, destacou que a fase de análise técnica não foi adequadamente integrada com as outras fases do processo. Um ajuste necessário seria a utilização das áreas temáticas, que foram aglutinadas nessa fase do primeiro Balanço Global, e a apresentação do contexto geral político, econômico, científico e tecnológico. Também, seria importante a realização de diálogos técnicos entre as sessões e a utilização de técnicas de maximização de engajamento nesses eventos.

Ademais, o G77 + China destacou a necessidade de mais tempo para preparação de submissões e consideração dessas contribuições, que podem trazer informações nacionais e regionais mais próximas à realidade. Essa fase de análise técnica também deve incorporar as visões das Partes e suas conclusões devem ser incorporadas no resultado final do Balanço Global. Para isso, é necessário um mecanismo de transparência sobre como a fase técnica será utilizada para a fase de consideração política.

Ainda acerca da fase de análise técnica, os países sugeriram a redução da duração dessa fase (a ser finalizada em 2027, em duas sessões dos órgãos subsidiários), de forma a antecipar o início da fase política.

A respeito da fase de consideração dos resultados, os países em desenvolvimento entendem que a organização deve permitir que o processo seja liderado pelas Partes e que haja mais reuniões com o grupo de contato para negociações mais inclusivas. A principal crítica do G77 + China foi do tempo suficiente para condução das negociações dessa fase final, com apenas 6 meses para negociação, que foi concentrada basicamente nos últimos dias da COP 28. Assim, não houve tempo para discutir as implicações dos resultados da fase técnica. Por isso, o grupo sugere que a fase política seja iniciada antes (ainda em 2027), quando a fase técnica ainda não estiver concluída

(com sobreposição entre as fases), deixando o ano de 2028 inteiro para negociações dessa fase.

Outro ponto destacado é de que nos dias finais da COP 28, a decisão do Balanço Global começou a ser tratada como uma “decisão de capa”, o que levou os resultados dos diálogos técnicos a serem superados pelas negociações políticas, de acordo com as prioridades de algumas Partes. Assim, um ponto de melhoria seria a utilização mais extensiva dos resultados técnicos e a promoção de uma transição mais suave entre as fases técnica e política.

No que se refere aos eventos de alto nível, o G77 + China afirmou que o processo do Comitê de Alto Nível não foi claro, havendo necessidade de mais transparência dos eventos de alto nível.

A respeito dos prazos do Balanço Global, o grupo dos países em desenvolvimento entende que dois anos é um prazo relativamente curto para a condução de todos os componentes. Além disso, o tempo alocado ao tema conflitou com outras agendas da COP e da CMA. Por isso, sugerem que aos órgãos subsidiários seja formalmente atribuída a tarefa de coordenar os trabalhos mandatados com outros programas de trabalho.

O G77 + China destaca que a estrutura de condução pelas Partes, com participação dos demais stakeholders foi uma característica distintiva do Balanço Global que deve ser mantida. Contudo, é necessário facilitar o envolvimento dos países em desenvolvimento, com garantia de que todas as Partes estão adequadamente representadas, o que pode exigir alocação previsível de recursos.

Quanto aos resultados do Balanço Global, esses países entendem que a estrutura geral deve ser mantida, mas destacam que o resultado deve ser informativo e focado em comunicação positiva. Todos os resultados com impactos em políticas deveriam refletir adequadamente o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Também, os membros do grupo entendem que deveria ser destacado o valor da cooperação internacional, com envio claro de mensagem para evitar medidas unilaterais que possam afetar a capacidade de progredir na ação climática global.

Por fim, sobre organização, o G77 + China destaca a necessidade de integração sistemática de atividades, de um calendário claro de atividades e de disponibilização antecipada das principais informações.

→ CAPACITAÇÃO

Órgão para o qual foi apresentada a submissão: SBI.

Assunto: Revisão do Comitê de Paris sobre Capacitação.

Data: 19.04.2024.

Bloco político: G77 + China (coalizão dos países em desenvolvimento).

Resumo: A [submissão](#) apresenta a contribuição desses países sobre a Segunda Revisão do Comitê de Paris sobre Capacitação (PCCB) acerca do cumprimento de seus

objetivos.

Os países destacam a importância da capacitação para a implementação eficaz do Acordo de Paris e da UNFCCC e apresentam a visão de que o PCCB obteve progresso na coordenação de atividades de capacitação, com foco em evitar duplicação de esforços, na identificação de lacunas de capacidade e recomendações para resolvê-las e na promoção de conscientização.

O G77 + China elogia as boas práticas do PCCB, como a definição de áreas temáticas prioritárias anuais e a promoção da coerência e coordenação. O grupo enfatiza a necessidade de promover aprimoramento contínuo da capacitação com novos recursos, ferramentas e treinamentos, bem como de aprimorar os sistemas de monitoramento e avaliação, considerando questões de gênero e de que o PCCB continue a receber os recursos necessários para apoiar os países em desenvolvimento. Recomenda, ainda, a inclusão de informações de eventos regionais nos relatórios anuais, com garantia de diversidade geográfica.

Ademais, o G77 + China considera essencial estender o mandato do PCCB, tendo em vista que a capacitação é essencial para que os países em desenvolvimento possam cumprir suas metas e aumentar sua ambição, bem como promover esforços de adaptação. O grupo destaca a decisão sobre transição justa da COP 28 e o fundo de perdas e danos, que precisa ser operacionalizado rapidamente, com garantia de que as modalidades não imponham desafios aos países em desenvolvimento. Diante disso, os países signatários reforçam a necessidade de extensão do PCCB para facilitar a implementação dos novos mecanismos de financiamento.

Assim, a principal recomendação é que o PCCB seja estendido por cinco anos, com revisão periódica de seu progresso. Propõem que o PCCB desenvolva um plano de trabalho para o período de extensão, revisando e reafirmando áreas e atividades prioritárias.

Para tal, solicitam o desenvolvimento de um plano de trabalho, com consideração de questões transversais, como gênero, direitos humanos e conhecimentos tradicionais. Também sugerem revisar o quadro de monitoramento e avaliação e promover o compartilhamento de boas práticas por meio de redes e comunidades de prática.

Por fim, convidam as partes e instituições relevantes a fornecer apoio contínuo ao PCCB para implementar suas atividades e garantir a eficácia da capacitação em relação aos objetivos do Acordo de Paris e da UNFCCC.

→ GÊNERO

Órgão para o qual foi apresentada a submissão: SBI.

Assunto: Implementação do plano de ação de gênero.

Data: 08.04.2024.

Bloco político: Brasil.

Resumo: A [submissão](#) apresenta a contribuição do Brasil sobre o progresso, desafios, lacunas e prioridades na implementação do Plano de Ação de Gênero (GAP) e sobre futuros trabalhos relacionados a gênero e mudanças climáticas. A revisão do Programa de Trabalho de Lima sobre Gênero (LWPG) e seu GAP é apoiada pelo Brasil, visando identificar progressos e desafios até novembro de 2024.

Inicialmente, o Brasil reconhece o trabalho realizado pelo LWPG e seu GAP, que tem tentado trazer conscientização sobre a sub-representação de mulheres na tomada de decisões e sobre os impactos diferenciados das mudanças climáticas nas mulheres. No entanto, observa que ainda há uma lacuna substancial na implementação. O Brasil entende que a interseccionalidade deve ser explorada na nova fase do programa de trabalho, o que inclui melhorar a coleta de dados para compreensão de diferentes graus de vulnerabilidade; compreensão de como gênero, raça, idade, condições físicas e inequidades sociais impactam a capacidade das mulheres de responder às mudanças climáticas; e compreensão sobre a necessidade de meios de implementação. Para o país, iniciativas como a Conferência Global sobre Dados de Gênero-Ambiente que ocorreu na COP 28 devem ser incentivadas.

O país aponta que, apesar dos avanços, ainda há um longo caminho a percorrer em termos de representação. A esse respeito, considera o relatório anual preparado pelo secretariado da UNFCCC sobre composição de gênero crucial.

O Brasil destaca que um dos principais desafios na implementação do plano de ação de gênero é a falta de meios de implementação. Diante desse cenário, os progressos nacionais, especialmente de países em desenvolvimento, devem ser reconhecidos, assim como os avanços já realizados.

Como contribuições para o GAP, o país destaca a necessidade de trazer a interseccionalidade para a discussão. É citado o exemplo brasileiro, no qual as mulheres e pessoas de descendência africana são mais afetadas por ondas de calor. Ademais, o Brasil sugere a realização de diálogos regionais para troca de experiências e o desenvolvimento de trabalhos para compreensão de como o tema de gênero pode ser incluído nas agendas de transição justa, adaptação e balanço global.

O Brasil, então, apresentou as ações implementadas nacionalmente. Na área prioritária de capacitação e construção de conhecimento, o Ministério da Mulher promoveu o Seminário Nacional sobre Mulheres e Justiça Climática, buscando reunir informações e desenvolver um processo de planejamento coletivo com organizações e movimentos de mulheres. Na área de participação e liderança feminina, além do reestabelecimento do Ministério da Mulher, o Brasil afirma que esforços estão sendo feitos para aumentar a participação feminina na delegação brasileira, o que já permitiu um aumento de 12% para 38%. Ademais, o Brasil tem realizado e participado de painéis e diálogos para promover a participação das mulheres.

A respeito da coerência entre discussões de gênero e mudança climática, o Brasil adotou a Declaração da Política Externa Feminista para a América Latina e o Caribe e incluiu na Declaração de Belém a equidade de gênero e participação feminina como temas transversais. Para os meios de implementação, o país incluiu o tema no seu Plano Plurianual (PPA) e avançou no treinamento e apoio de mulheres de descendência africana e indígena.

No que se refere a adaptação, além de incluir a abordagem de gênero no novo Plano Nacional de Adaptação em desenvolvimento, o Brasil tem participado ativamente do Grupo Técnico Temporário sobre Adaptação Climática.

Por fim, o país tem apoiado projetos de pesquisa e estudos que estão sendo desenvolvidos em universidades brasileiras para expandir a base de dados sobre a relação entre gênero e mudança climática, incluindo perspectivas raciais.

→ MERCADOS DE CARBONO

Órgão para o qual foi apresentada a submissão: Órgão supervisor do Artigo 6.4.

Assunto: Requisitos metodológicos e atividades envolvendo remoções.

Data: 16.04.2024.

Bloco político: Brasil.

Resumo: A [submissão](#) apresenta a contribuição do Brasil sobre questões metodológicas e de atividades envolvendo remoções que estão sendo debatidas no âmbito do Artigo 6.4 do Acordo de Paris. São feitos comentários específicos e sugestões de contribuição ao texto que trata sobre remoções.

GLOSSÁRIO

Acordo de Paris: Tratado internacional de mudanças climáticas assinado em 2015 e em vigor desde 2016. Tratado de implementação vinculado à UNFCCC.

CMA: Conferência das Partes do Acordo de Paris. É a reunião anual das Partes do Acordo de Paris para tomada de decisões de implementação do tratado.

COP: Conferência das Partes da UNFCCC. É a reunião anual das Partes da UNFCCC para tomada de decisões de implementação do tratado.

NDC: Contribuição Nacionalmente Determinada (Nationally Determined Contribution), documento individual apresentado pelas Partes do Acordo de Paris que contém a contribuição daquela Parte para evitar o aumento de temperatura da Terra em mais de 1.5°C em relação aos níveis pré-industriais e cumprir os objetivos do Acordo de Paris.

Parte(s): País(es) membro(s) do Acordo de Paris.

SBI: Órgão Subsidiário de Implementação (Subsidiary Body for Implementation).

SBSTA: Órgão Subsidiário de Assessoramento Técnico e Científico (Subsidiary Body for Scientific and Technological Advice).

Stakeholders: Atores estatais ou não-estatais, entidades públicas ou privadas, credenciadas ou não como “observadoras” do sistema da UNFCCC que possuem interesse nos temas negociados.

Submissão: documento pelo qual uma parte interessada apresenta manifestação com sua visão sobre determinado ponto de discussão nas negociações, podendo conter contribuições técnicas e científicas, e recomendações e propostas concretas de como tal ponto de discussão deve ser tratado e resolvido entre as Partes na negociação.

UNFCCC: Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, ou “Convenção do Clima” (United Nations Framework Convention on Climate Change), tratado internacional assinado em 1992, do qual o Acordo de Paris faz parte.

SAIBA MAIS SOBRE O ACORDO DE PARIS E A COP 28

O Acordo de Paris de 2015 é um tratado internacional de abrangência praticamente universal, com 193 países-membros. Ele é vinculado à UNFCCC, um sistema de tratado internacional “guarda-chuva”, que prevê princípios, diretrizes e políticas mais amplas para que a comunidade global cooperativamente possa enfrentar a crise climática. Um dos principais objetivos do Acordo é impedir o aumento da temperatura global acima de 1.5°C ou mantê-lo bem abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais, um limite que a ciência demonstrou ser “o ponto de não-retorno”, com efeitos devastadores para a vida na Terra. Além disso, o Acordo de Paris tem o objetivo de tornar os países resilientes à mudança do clima e de descarbonizar os fluxos financeiros.

Para saber mais sobre o Acordo de Paris e entender os principais temas da negociação, leia nossas publicações [“Acordo de Paris: um guia para os perplexos”](#) e [“Rumo à COP: guia de bolso para entender as negociações do clima – edição COP28”](#). Para saber mais sobre os resultados da COP 28, leia o nosso Resumão: [parte 1](#) e [parte 2](#).



* Boletim elaborado por André Castro e Thais Stoppe



This email was sent to <<Email Address>>

[why did I get this?](#) [unsubscribe from this list](#) [update subscription preferences](#)

LACLIMA · Rua Monte Alegre, 412 · Perdizes · Sao Paulo, SP 05014-000 · Brazil